

A PLATAFORMA ORGANIZACIONAL E A CRÍTICA À SINTESE

DIELO TRUDA

Nossas Referências



③ COPYLEFT

É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Edição, revisão e preparação:
ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA (OSL)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
MAYCON MACIEL

Organização Socialista Libertária (OSL)
www.socialismolibertario.net

SUMÁRIO

Nossas Referências	5
---------------------------	----------

■ DIELO TRUDA

A Plataforma Organizacional	7
------------------------------------	----------

A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas.....	9
--	---

Suplemento à Plataforma Organizacional.....	51
--	----

Crítica à Síntese e ao Sintetismo	73
--	-----------

O Problema Organizacional e a Ideia de Síntese.....	75
--	----

Notas de Fim	85
---------------------	-----------

Nossas Referências

Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da **Organização Socialista Libertária (OSL)**. Com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas, essa coleção serve para orientar a discussão teórica da militância da **OSL**, e também de outras pessoas que tenham interesse nos temas abordados. Trata-se de um material de referência para a organização, cuja concordância com suas linhas gerais não implica necessariamente acordo absoluto. Esse material certamente não esgota todas as demandas teóricas organizacionais, mas constitui um bom ponto de partida para subsidiar os aprofundamentos necessários.

Boa leitura!



“A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas” e “Suplemento à Plataforma Organizacional” foram digitalizados a partir do livro A Plataforma Organizacional (Faísca, 2017). Traduções de Ina Hergert (“Plataforma”) e Plínio A. Coêlho (“Suplemento”); revisões de Felipe Corrêa.

Dielo Truda

A PLATAFORMA ORGANIZACIONAL

**Dielo
Truda**

A PLATAFORMA ORGANIZACIONAL DA UNIÃO GERAL DOS ANARQUISTAS (PROJETO)



INTRODUÇÃO

Anarquistas!
É significativo que, a despeito da força e do caráter incontestavelmente positivo das ideias¹ anarquistas, da franqueza e da integridade das posições anarquistas diante da revolução social, e, enfim, do heroísmo e dos inumeráveis sacrifícios demonstrados pelos anarquistas na luta pelo comunismo anarquista, o movimento anarquista, apesar de tudo isso, tenha sempre permanecido fraco, e tenha sido, na maioria das vezes na história das lutas da classe trabalhadora, um pequeno fato, um episódio, e não um fator importante.

Essa contradição entre o fundamento positivo e a incontestável validade das ideias anarquistas, e o estado miserável em que se encontra o movimento anarquista, possui sua explicação em um conjunto de causas, cuja principal é a ausência de princípios e de relações organizacionais no mundo anarquista.

Em todos os países, o movimento anarquista é composto por organizações locais, com ideologia e tática contraditórias, sem perspectivas de futuro ou de continuidade no trabalho, e que habitualmente desaparecem quase sem deixar vestígio.

Tal estado do anarquismo revolucionário, considerado em sua totalidade, só pode ser qualificado de uma maneira: desorganização geral crônica. Como a febre amarela, esta desorganização introduziu-se no organismo do movimento anarquista e o tem estremecido há décadas.

Sem dúvida, no entanto, essa desorganização tem suas origens em algumas deficiências de ordem ideológica; na falsa interpretação do princípio da individualidade no anarquismo, que o associa à irresponsabilidade. Aqueles que amam *atuar em seu próprio favor, com vistas ao prazer pessoal*, agarram-se obstinadamente ao estado caótico do movimento anarquista e referem-se, para defendê-lo, aos princípios imutáveis do anarquismo e dos seus grandes pensadores.

Entretanto, os princípios imutáveis e os pensadores dizem justamente o contrário.

A dispersão é o início da morte; a coesão é a garantia da vida e do desenvolvimento. Esta lei da luta social aplica-se tanto às classes quanto aos partidos.

O anarquismo não é uma bela fantasia retirada da imaginação de um filósofo, mas um movimento social das massas trabalhadoras. Por isso mesmo, deve reunir

suas forças em uma organização geral que atue constantemente, segundo as exigências da realidade e da estratégia da luta social de classes.

“Estamos convencidos”, diz Kropotkin, “que a formação de um partido anarquista na Rússia, longe de ser algo nocivo à obra revolucionária comum, é, ao contrário, altamente desejável e útil.” (Prefácio à *La Commune de Paris*, de Bakunin, edição de 1892)

Bakunin também nunca se opôs à uma organização geral anarquista. Ao contrário, suas aspirações organizacionais e sua atividade na Primeira Internacional operária permitem que ele seja visto como um partidário ativo de tal organização.

Em geral, quase todos os militantes ativos do anarquismo lutaram contra o trabalho “disperso” e desejaram um movimento anarquista coeso pela unidade de objetivo e táticas.

Foi durante a Revolução Russa de 1917 que a necessidade de uma organização geral fez-se sentir mais clara e imperiosamente. Durante esta revolução, o movimento anarquista mostrou o mais elevado grau de fragmentação e confusão. A ausência de uma organização geral levou muitos militantes do anarquismo às fileiras bolcheviques e tem mantido muitos em estado de passividade, impedindo toda manifestação de suas forças, as quais, por vezes, são enormes.

Temos a necessidade vital de uma organização que, reunindo a maioria dos participantes do movimento anarquista, estabeleceria para o anarquismo uma linha geral tática e política, e serviria, assim, de orientação^{(nap)2} a todo o movimento.

É hora do anarquismo sair do pântano da desorganização, pôr fim às intermináveis vacilações nas questões

teóricas e táticas mais importantes, tomar resolutamente o caminho do objetivo clara e conscientemente concebido e de uma prática coletiva organizada.

Entretanto, não basta reconhecer a necessidade vital de tal organização; é necessário estabelecer o método para sua criação.

Rejeitamos, por considerá-la teórica e praticamente inepta, a noção de criar uma organização segundo a receita da Síntese, isto é, uma organização de adeptos das diferentes tendências do anarquismo. Tal organização, ao incorporar elementos teóricos e práticos heterogêneos, seria apenas um amálgama mecânico de indivíduos, com posições diferentes em relação a todas as questões do movimento anarquista. Este amálgama desagregar-se-ia inevitavelmente na primeira vez que fosse posto à prova.

O método anarcossindicalista não resolve o problema organizacional do anarquismo, pois não dá prioridade a ele; ocupa-se, principalmente, da ideia de sua penetração e de seu reforço nos meios operários. No entanto, não se pode fazer muita coisa nestes meios, mesmo estando neles estabelecido, sem uma organização geral anarquista.

O único método que conduz à solução do problema da organização geral é, a nosso ver, a reunião dos militantes ativos do anarquismo com base em posições precisas: ideológicas, táticas e organizacionais, isto é, com base em um *programa homogêneo* mais ou menos acabado.

A elaboração de tal programa é uma das principais tarefas que a luta social dos últimos anos impõe aos anarquistas. Foi a esta tarefa que o Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro dedicou parte importante de seus esforços.

A Plataforma Organizacional publicada a seguir constitui a estrutura, o esqueleto de tal programa. Ela deve

servir como um primeiro passo rumo à união das forças anarquistas em uma única coletividade revolucionária ativa e capaz de atuar: a União Geral dos Anarquistas.

Não criemos a ilusão de que esta plataforma não possui lacunas. Sem dúvida, as lacunas existem em qualquer iniciativa nova, prática e, ao mesmo tempo, responsável. É possível que certas posições essenciais não estejam nela presentes, que algumas outras estejam ali insuficientemente desenvolvidas, ou que outras, ainda, estejam, ao contrário, demasiadamente detalhadas ou repetidas. Tudo isso é possível, mas não é importante. O que importa é estabelecer os fundamentos de uma organização geral. Este objetivo é alcançado na medida necessária pela presente plataforma. Cabe à coletividade inteira, à União Geral dos Anarquistas, ampliá-la, aprofundá-la e fazer dela um programa completo para todo o movimento anarquista.

Também não nos equivoquemos numa outra questão.

Pre vemos que vários representantes do assim chamado individualismo e do anarquismo caótico nos atacarão, espumando, e nos acusarão de ter rompido com os princípios anarquistas. Contudo, sabemos o que os elementos individualistas e caóticos compreendem por “princípios anarquistas”: o desleixo, a libertinagem e a irresponsabilidade, os quais provocaram em nosso movimento feridas quase incuráveis, e contra os quais temos lutado com toda energia e toda paixão. Por isso, podemos, com toda a tranquilidade, ignorar os ataques provenientes deste campo.

Depositamos nossas esperanças em outros militantes: naqueles que permaneceram fiéis ao anarquismo, que viveram a tragédia do movimento anarquista e que buscam dolorosamente uma saída.

Temos grandes esperanças na juventude anarquista, nascida sob o sopro da Revolução Russa e envolvida desde o início com os problemas construtivos, que, portanto, exigirá inevitavelmente a realização dos princípios positivos e organizacionais no anarquismo.

Convidamos todas as organizações anarquistas russas dispersas nos diversos países do mundo, bem como os militantes anarquistas isolados, a unirem-se em um único coletivo revolucionário, tomando por base uma plataforma organizacional comum.

Que esta plataforma possa servir de palavra de ordem revolucionária e de ponto de união para todos os militantes do movimento anarquista russo! Que ela possa marcar o início da União Geral dos Anarquistas!

Viva o movimento anarquista organizado!

Viva a União Geral dos Anarquistas!

Viva a revolução social dos trabalhadores do mundo!

Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro

Piotr Arshinov, secretário do grupo

20 de junho de 1926

PARTE GERAL

I. A luta de classes, seu papel e seu significado

Não há uma humanidade unitária.

*Há uma humanidade de classes:
escravos e amos.*

Assim como todas aquelas que a precederam, a sociedade burguesa e capitalista contemporânea não é unitária. Ela está cindida em dois campos muito diferenciados socialmente, por sua posição e sua função: o proletariado (no sentido amplo do termo) e a burguesia.

Desde sempre, o destino do proletariado é carregar o fardo de um trabalho físico pesado, cujos frutos, contudo, não retornam a ele, mas a uma outra classe, privilegiada, que possui a propriedade, o poder e os produtos da cultura (ciência, educação, arte): a burguesia.

A escravização social e a exploração das massas trabalhadoras constituem a base sobre a qual se apoia a sociedade contemporânea e sem a qual ela não pode existir.

Esse fato gerou uma luta de classes secular — assumindo ora um caráter aparente e violento, ora invisível e discreto —, que esteve essencialmente voltada para a transformação da sociedade contemporânea em uma sociedade que respondesse às necessidades e à concepção de justiça dos trabalhadores.

Toda a história humana representa, no campo social, uma cadeia ininterrupta de lutas das massas trabalhadoras por seus direitos, por sua liberdade e por uma vida melhor. Na história das sociedades humanas, foi sempre esta luta de classes o principal fator na determinação da forma e da estrutura destas sociedades.

O regime social e político de qualquer país é, antes de tudo, produto da luta de classes. Sua estrutura indica em que ponto e em que estado encontra-se a luta de classes. A mínima mudança no curso da luta de classes, na correlação de forças das classes em luta, produz imediatamente mudanças nos tecidos e nas estruturas da sociedade de classes.

Tal é o sentido geral e universal da luta de classes na vida das sociedades de classes.

II. A necessidade de uma revolução social violenta

O princípio da escravização e da exploração das massas pela violência constitui a base da sociedade contemporânea. Todos os campos desta sociedade — a economia, a política, as relações sociais — apoiam-se na violência de classe, cujos órgãos oficiais são as autoridades, a polícia, o exército, o tribunal. Tudo, nesta sociedade, desde uma fábrica até todo o sistema de Estado, conforma uma *fortaleza do capital*. Nela, os trabalhadores são constantemente vigiados e as forças estão sempre prontas para reprimir todo movimento dos trabalhadores que ameace, em qualquer medida, os fundamentos ou mesmo a tranquilidade da sociedade contemporânea.

Ao mesmo tempo, o sistema desta sociedade mantém automaticamente as massas trabalhadoras em estado de ignorância e estagnação mental; ele impede, pela força, a elevação de seu nível intelectual e cultural, a fim de lidar mais facilmente com elas.

O progresso da sociedade contemporânea — a evolução técnica do capital e o aperfeiçoamento de seu sistema político — fortalece o poder das classes dominantes e

torna mais difícil a luta contra elas, adiando o momento decisivo da libertação do trabalho.

A análise da sociedade contemporânea leva-nos à conclusão de que não existe outra via para transformar a sociedade capitalista em uma sociedade de trabalhadores livres senão a da revolução social violenta.

III. O anarquismo e o comunismo anarquista

A luta de classes, criada pela escravidão dos trabalhadores e suas aspirações por liberdade, gerou entre os oprimidos a ideia do anarquismo: a ideia da negação completa do sistema social de classes e de Estado, e de sua substituição por uma sociedade livre, sem Estado e de trabalhadores que administram a si mesmos.

Assim, o anarquismo não emergiu das reflexões abstratas de um cientista ou de um filósofo, mas da luta direta dos trabalhadores contra o capital, das suas necessidades e exigências, dos seus aspectos psicológicos, das suas aspirações à liberdade e à igualdade; de tudo aquilo que as massas trabalhadoras vivenciam nas melhores e heróicas épocas de suas vidas e lutas.

Os pensadores proeminentes do anarquismo — Bakunin, Kropotkin e outros — não criaram a ideia do anarquismo, mas, encontrando-a nas massas, ajudaram, pela força de seu pensamento e de seus conhecimentos, a precisá-la e a difundi-la.

O anarquismo não é produto de criações ou de práticas individuais.

Do mesmo modo, o anarquismo não é, em absoluto, produto de aspirações humanas universais. A humanidade unitária não existe. Qualquer tentativa de fazer

o anarquismo pertencer a toda humanidade, tal como atualmente se faz, de atribuir-lhe um caráter humano universal, constitui uma mentira histórica e social, que resulta inevitavelmente na justificação da ordem atual e de uma nova exploração.

O anarquismo é universalmente humano apenas no sentido de que os ideais das massas trabalhadoras revitalizam a vida de todos os homens, e que o destino da humanidade de hoje ou de amanhã está ligado ao destino do trabalho escravizado. Se as massas trabalhadoras vencerem, a humanidade inteira renascerá. Se não vencerem, a violência, a exploração, a escravidão e a opressão voltarão a reinar como antes no mundo.

O nascimento, o florescimento e a realização dos ideais anarquistas têm suas raízes na vida e na luta das massas trabalhadoras, e estão inseparavelmente ligados ao seu destino.

O anarquismo aspira a transformar a sociedade contemporânea burguesa e capitalista em uma sociedade que proporcione aos trabalhadores os produtos de seu trabalho, a liberdade, a independência, a igualdade social e política. Esta sociedade é o comunismo anarquista. Ele contém a plena expressão, não somente da solidariedade social, mas também da livre individualidade, desenvolvendo ambas as ideias em estreita relação.

O comunismo anarquista considera que o único criador de todos os valores sociais é o trabalho, físico e intelectual, e somente ele tem o direito de gerir toda a vida econômica e social. Portanto, o comunismo anarquista de modo algum justifica ou admite a existência de classes não trabalhadoras.

Se estas classes *subsistirem* no comunismo anarquista, este último não assumirá deveres para com elas. Somente

quando as classes não trabalhadoras decidirem tornar-se produtivas e quiserem viver em uma sociedade de comunismo anarquista nas mesmas condições que os demais, elas ocuparão um lugar análogo ao de todos, isto é, a posição de membros livres da sociedade, que desfrutam dos mesmos direitos e têm os mesmos deveres que todos desta sociedade.

O comunismo anarquista aspira a eliminação de toda exploração e de toda violência contra o indivíduo e as massas trabalhadoras. Com esta finalidade, ele estabelece uma base econômica e social que unifica em um conjunto toda a vida econômica e social do país, assegurando a cada indivíduo uma situação igual aos demais e proporcionando o máximo de benefícios. Esta base significa pôr em comum, sob forma de *socialização*, todos os meios e instrumentos de produção (indústria, transporte, terra, matérias-primas etc.) e construir organismos econômicos populares sobre o princípio da igualdade e da autoadministração das classes trabalhadoras.

Nos limites dessa sociedade autoadministrada de trabalhadores, o comunismo anarquista estabelece o princípio da igualdade de valores e direitos de cada indivíduo (não da individualidade “em geral”, nem da “individualidade mística” ou da ideia de individualidade).

Deste princípio de igualdade de valores e direitos, e também do fato segundo o qual o valor do trabalho de cada indivíduo não pode ser medido e nem estimado, decorre o princípio fundamental — social, jurídico e econômico — do comunismo anarquista: *“De cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”*.

IV. A negação da democracia

A democracia apresenta-se como uma das formas da sociedade capitalista e burguesa.

A base da democracia é a manutenção das classes antagônicas da sociedade contemporânea — a do trabalho e a do capital — *e de sua colaboração sobre o fundamento da propriedade privada capitalista. A expressão desta colaboração é o parlamento e o governo representativo nacional.*

Formalmente, a democracia proclama a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e a igualdade de todos perante a lei.

No entanto, todas essas liberdades têm um caráter muito relativo: elas são toleradas enquanto não contradizem os interesses da classe dominante, ou seja, da burguesia.

A democracia mantém intacto o princípio da propriedade *privada* capitalista. Com isso, ela reserva à burguesia o direito de manter em suas mãos toda a economia do país, a imprensa, a educação, a ciência, a arte; o que, de fato, torna a burguesia senhora absoluta do país. Com o monopólio da economia, a burguesia pode estabelecer seu poder absoluto e ilimitado também no campo político. Na verdade, nas democracias, o parlamento e o governo representativo são órgãos executivos da burguesia.

Portanto, a democracia é um dos aspectos da ditadura burguesa, mascarada sob fórmulas enganadoras e fictícias de liberdades políticas e garantias democráticas.

V. A negação do estado e do poder

Os ideólogos da burguesia definem o Estado como o órgão regulador das complexas relações sociais, políticas e civis entre os homens no seio da sociedade contemporânea, e que protege a ordem e as leis desta sociedade. Os anarquistas estão perfeitamente de acordo com esta definição, mas a complementam, afirmando que, na base desta ordem e destas leis está a escravização da enorme maioria do povo por uma minoria insignificante, e que é precisamente para esta obra de escravização que serve o Estado contemporâneo.

O Estado é, simultaneamente, a violência organizada e o órgão executivo da burguesia contra os trabalhadores.

Os socialistas de esquerda, em particular os bolcheviques, também consideram o poder e o Estado burgueses servidores do capital. Entretanto, eles sustentam que o poder e o Estado podem servir, nas mãos dos partidos socialistas, como um poderoso meio na obra de libertação do proletariado. Por esta razão, são favoráveis a um poder socialista e a um Estado proletário. Uns querem conquistar o poder por meios pacíficos, parlamentares (os socialdemocratas), e outros pela via revolucionária (os comunistas, os socialistas revolucionários de esquerda).

O anarquismo considera ambas as posições fundamentalmente errôneas e nefastas para a obra de libertação do trabalho.

O poder sempre está ligado à exploração e à escravização das massas populares. Ele nasce desta exploração ou é criado para ela. O poder sem a violência e a exploração perde todo seu fundamento.

O Estado e o poder retiram das massas a iniciativa, mortificam o espírito de atividade livre e criativa,

cultivam nelas a mentalidade servil de submissão, de expectativa e de esperança nos superiores e nos chefes. A libertação dos trabalhadores só é possível com um processo de luta revolucionária direta das vastas massas trabalhadoras e de suas organizações de classe contra o sistema capitalista.

A conquista do poder pelos partidos socialdemocratas, por vias parlamentares e nos marcos da ordem contemporânea, não fará avançar um único passo a obra de libertação do trabalho, pela razão de que a potência real, e por consequência o poder real, permanecerá com a burguesia, que manterá em suas mãos toda a economia e a política do país. O papel do poder socialista, neste caso, resume-se às reformas, à *melhoria deste mesmo regime burguês*. (Exemplos: Mac-Donald, os partidos socialdemocratas da Alemanha, da Suécia e da Bélgica, que alcançaram o poder na sociedade capitalista).

A tomada do poder durante um processo revolucionário³ e a organização do assim chamado “Estado proletário” também não podem servir à obra da autêntica libertação do trabalho. O Estado, construído de início pretensamente para a defesa da revolução, adquire inevitavelmente necessidades e características próprias, tornando-se ele mesmo sua própria finalidade e cultivando castas sociais privilegiadas, sobre as quais passa a apoiar-se. Ele submete as massas violentamente às suas necessidades e àquelas das castas privilegiadas e, assim, restabelece o fundamento do poder e do Estado capitalistas: a escravização e a exploração habituais das massas por meio da violência. (Exemplo: o Estado “operário e camponês” dos bolcheviques).

VI. O papel das massas e o papel dos anarquistas na luta social e na revolução social

As principais forças da revolução social são: a classe trabalhadora da cidade, os camponeses e uma parte da *intelligentsia* trabalhadora.

Observação: Embora sendo uma classe oprimida e explorada, assim como o proletariado das cidades e dos campos, a *intelligentsia* trabalhadora é relativamente mais desunida que os operários e os camponeses, graças aos privilégios econômicos concedidos pela burguesia a alguns de seus elementos. Por isso, nos primeiros dias da revolução social, os militantes ativos poderão vir somente das camadas menos abastadas da *intelligentsia*.

O papel das massas na revolução social e na construção do socialismo difere, caracteristicamente, daquele dos partidos estatistas. Enquanto o bolchevismo e as correntes a ele relacionadas consideram que a massa trabalhadora possui somente instintos revolucionários destrutivos, sendo incapaz de realizar uma atividade revolucionária criativa — por tal razão, esta atividade criativa deve ser passada às pessoas reunidas no Estado ou no comitê central do partido —, os anarquistas, ao contrário, consideram que a massa trabalhadora traz em si enormes possibilidades criativas e aspiram a eliminar os obstáculos que impedem sua manifestação.

Os anarquistas consideram precisamente o Estado como o principal obstáculo, que usurpa todos os direitos das massas e retira-lhes quase todas as funções da vida econômica e social. O Estado deve morrer, não em algum momento na sociedade futura. Ele deve ser destruído pelos trabalhadores no primeiro dia de sua vitória e não deve ser restabelecido de forma alguma. Deve ser

substituído por um sistema federalista e autoadministrado das organizações de produção e de consumo dos trabalhadores. Este sistema exclui tanto a organização do poder quanto a ditadura de um ou outro partido.

A Revolução Russa de 1917 estabeleceu precisamente essa orientação^(nap) do processo de libertação social, com a criação do sistema dos sovietes de operários e camponeses e dos comitês de fábrica. Foi um triste erro ela não ter liquidado, no devido momento, a organização do poder de Estado — inicialmente do governo provisório, e, em seguida, do poder bolchevique. Os bolcheviques, aproveitando-se da confiança dos operários e dos camponeses, reorganizaram o Estado burguês de acordo com as circunstâncias do momento, e, em seguida, mataram, com a ajuda deste Estado, a criação das massas: o regime livre dos sovietes e dos comitês de fábrica, que esboçava os primeiros passos rumo à construção não estatista.

A ação dos anarquistas divide-se em dois períodos: o pré-revolucionário e o revolucionário. Num e noutro caso, os anarquistas poderão desempenhar seu papel somente como uma força organizada, provida de uma concepção clara dos objetivos de sua luta e das vias que conduzem à realização destes objetivos.

No período pré-revolucionário, a tarefa fundamental da União Geral dos Anarquistas é a preparação dos operários e dos camponeses para o processo revolucionário.

Negando a democracia formal (burguesa), o poder e o Estado, proclamando a completa libertação do trabalho, o anarquismo acentua ao máximo os rigorosos princípios da luta de classes, desenvolve nas massas a consciência de classe e a intransigência revolucionária de classe.

É precisamente no espírito da intransigência de classe, do antidemocratismo, do antiestatismo e dos ideais do comunismo anarquista que a educação anarquista das massas deve ser conduzida. Mas só a educação não é suficiente. É necessária uma certa organização anarquista das massas. Para realizá-la, o trabalho deve ser conduzido em dois sentidos: no plano da seleção e do agrupamento das forças revolucionárias operárias e camponesas sobre a base do anarquismo (organizações fundamentadas em ideias anarquistas), e no plano do agrupamento dos operários e dos camponeses revolucionários sobre a base da produção e do consumo (organizações de produção dos operários e dos camponeses revolucionários, cooperativas operárias e camponesas livres entre outras).

A classe operária e camponesa, organizada sobre a base da produção e do consumo, e penetrada pela ideologia revolucionária do anarquismo, será o primeiro ponto de apoio da revolução social. Quanto mais a consciência e a organização anarquistas forem a elas levadas, mais elas manifestarão orientação,^(nap) estabilidade e criatividade anarquistas no momento da revolução.

Quanto à classe trabalhadora na Rússia — após oito anos da ditadura dos bolcheviques, que acorrentou as necessidades naturais de livre atividade das massas e demonstrou, melhor do que em qualquer outro caso, a verdadeira natureza de todo poder —, ela possui enormes possibilidades de formar um movimento de massas anarquista e anarcossindicalista. Os militantes anarquistas organizados devem ir imediatamente, com a plenitude de suas forças, ao encontro destas necessidades e possibilidades, a fim de não lhes permitir degenerar em menchevismo.

Com a mesma urgência, os anarquistas devem aplicar-se, com a plenitude de suas forças, na organização do camponato pobre, que é esmagado pelo poder, busca uma saída e possui enormes possibilidades revolucionárias.

O papel dos anarquistas no período revolucionário não pode limitar-se somente à propaganda de palavras de ordem e de ideias anarquistas.

A vida não se apresenta somente como arena de propaganda de tal ou qual grupo, mas também, na mesma medida, como arena de luta, de estratégia e de aspiração destas ideias a tornarem-se guias.^(ruk)⁴ Mais do que qualquer outra ideia, o anarquismo deve tornar-se a ideia-guia^(ruk) na revolução social, pois é somente sobre a base das ideias do anarquismo que a revolução social resultará na libertação plena do trabalho.

A posição de guia^(ruk) das ideias anarquistas na revolução significa, ao mesmo tempo, uma *condução^(ruk) dos acontecimentos pelas ideias anarquistas*. Entretanto, não se deve confundir esta condução^(ruk) com a direção^(ruk) política dos partidos estatistas, que desemboca, finalmente, na direção^(ruk) do Estado.

O anarquismo não aspira a conquista do poder político, a ditadura. Sua principal aspiração é ajudar as massas a tomar a autêntica via da revolução social e da construção socialista. Mas não basta que as massas tomem a via da revolução social. É necessário também *manter esta orientação^(nap) da revolução e de seus objetivos*: a supressão da sociedade capitalista em nome da sociedade de trabalhadores livres. Como nos mostrou a experiência da Revolução Russa de 1917, esta tarefa não é fácil, principalmente em vista dos numerosos partidos que buscam orientar^(nap) o movimento num sentido oposto ao da revolução social.

Ainda que, nos movimentos sociais, as massas convivam profundamente com as tendências e palavras de ordem anarquistas, estas permanecem dispersas, sem relação com um sistema determinado. Portanto, não têm a força organizada e direcionada^(ruk) das ideias, que é necessária para preservar a orientação^(nap) e os objetivos anarquistas na revolução social. Esta força condutora^(ruk) das ideias só pode ser criada por um coletivo especialmente escolhido pelas massas. Este coletivo será a força anarquista organizada e o movimento anarquista organizado.

Os deveres relativos às ideias e à prática desse coletivo — isto é, a União Geral dos Anarquistas —, no momento da revolução, são consideráveis.

Ele deve tomar a iniciativa e participar plenamente de todos os âmbitos da revolução social: orientação^(nap) e caráter geral da revolução, guerra civil e defesa da revolução, tarefas positivas da revolução, questões da nova produção, do consumo, da terra etc.

Sobre todas essas questões, e sobre muitas outras, as massas exigirão dos anarquistas respostas claras e precisas. E, quando os anarquistas forem apresentar a ideia de revolução anarquista e de construção da sociedade anarquista, serão obrigados a dar respostas exatas a todas estas questões, conectar a solução destes problemas à ideia geral do anarquismo e dedicar todas as suas forças para traduzi-las em vida.

Nesse caso, a União Geral dos Anarquistas e o movimento anarquista cumprirão plenamente seu papel de guia de ideias na revolução social.

VII. O período de transição

Por período de transição, os partidos políticos socialistas compreendem uma determinada fase na vida de um povo, que se caracteriza pela ruptura com a antiga ordem e pela instauração de um novo sistema econômico e político, o qual, todavia, ainda não contém em si a completa libertação dos trabalhadores.

Nesse sentido, todos os programas mínimos dos partidos políticos socialistas — por exemplo, o programa democrático dos socialistas oportunistas ou o programa da “ditadura do proletariado” dos comunistas — são programas de período de transição.

O aspecto essencial destes programas mínimos é que eles consideram impossível, momentaneamente, a completa realização dos ideais dos trabalhadores: sua independência, sua liberdade, sua igualdade. Assim, se mantém uma série de instituições do sistema capitalista: o princípio da coerção estatista, a propriedade privada dos meios e dos instrumentos de produção, o salariato e muitas outras, dependendo dos objetivos previstos num ou noutro programa dos partidos.

Os anarquistas sempre se opuseram, por princípio, a tais programas, considerando que a construção desses sistemas transitórios envolve os princípios de exploração e de coerção das massas — as quais terminam detidas por estes sistemas — e conduz inevitavelmente a um novo crescimento da escravidão.

Em vez dos programas políticos mínimos, os anarquistas defenderam sempre e somente a ideia de revolução social, que privaria a classe capitalista dos privilégios políticos e econômicos e passaria os meios e os instru-

mentos de produção, assim como todas as funções da vida econômica e social, às mãos dos trabalhadores.

E até hoje os anarquistas mantêm essa posição.

A ideia de período de transição — segundo a qual a revolução social deve resultar, não na sociedade anarquista, mas em algum sistema X, que carrega ainda elementos e reminiscências do antigo sistema capitalista — é antianarquista em essência. Ela contém a ameaça de reforçar e desenvolver estes elementos às suas dimensões originais e de fazer retroceder os acontecimentos.

Um exemplo evidente disso é o regime da “ditadura do proletariado” estabelecido pelos bolcheviques na Rússia. A convicção deles era que este regime deveria ser apenas um passo transitório rumo ao comunismo total. Mas, na realidade, ele levou à restauração da sociedade de classes, com os operários e os camponeses pobres permanecendo, como antes, na parte inferior.

O centro de gravidade na construção da sociedade anarquista não consiste em proporcionar a cada indivíduo, desde o primeiro dia da revolução, a liberdade ilimitada de satisfazer suas necessidades, mas em conquistar a base social desta sociedade e estabelecer os princípios de relações igualitárias entre as pessoas. A questão da maior ou menor abundância de bens não é uma questão de princípio, mas técnica.

O princípio fundamental sobre o qual será construída a nova sociedade — que se tornará o conteúdo desta sociedade, e que não deverá ser restringido de maneira alguma — é *a igualdade das relações, a liberdade e a independência dos trabalhadores*. Este princípio representa a primeira e mais fundamental demanda das massas; é somente em nome dele que as massas sublevar-se-ão para a revolução social.

De duas, uma: ou a revolução social terminará com a derrota dos trabalhadores e, neste caso, será necessário preparar-se para lutar novamente, para uma nova ofensiva contra o sistema capitalista; ou ela levará à vitória dos trabalhadores e, neste caso, eles — apoderando-se das posições de autoadministração da terra, da produção e das funções sociais — iniciarão a construção da sociedade livre.

Esse será o *início da construção* da sociedade anarquista que, uma vez começada, seguirá ininterruptamente, fortalecendo-se e aperfeiçoando-se.

A tomada das funções produtivas e sociais pelos trabalhadores colocará um limite claro entre a época estatista e a época antiestatista.

Para tornar-se o estandarte das massas em luta e de uma época social-revolucionária, o anarquismo não deve ocultar seus princípios fundamentais — não deve ajustar seu programa às reminiscências antigas, às tendências oportunistas de sistemas e períodos de transição — mas, ao contrário, desenvolvê-los e elevá-los ao máximo.

VIII. Anarquismo e sindicalismo

Consideramos totalmente artificial e privada de todo fundamento e sentido a oposição entre comunismo anarquista e sindicalismo, e vice-versa.

As noções de comunismo e sindicalismo encontram-se em dois planos diferentes. Enquanto o comunismo — isto é, a sociedade livre de trabalhadores iguais — é o objetivo da luta anarquista, o sindicalismo — isto é, o movimento profissional revolucionário de trabalhadores — representa somente uma das formas da luta revolucionária de classes.

Unindo os trabalhadores sobre a base da produção, o sindicalismo revolucionário, como qualquer movimento profissional, não tem uma ideologia determinada; ele não tem uma concepção de mundo que responde a todas as complicadas questões sociais e políticas da realidade contemporânea. Ele reflete sempre as ideologias de diversos agrupamentos políticos, em particular daqueles que trabalham mais intensamente em suas fileiras.

Nossa atitude frente ao sindicalismo revolucionário decorre daquilo que acaba de ser dito. Sem resolver aqui, de antemão, a questão do papel dos sindicatos revolucionários no dia seguinte à revolução — isto é, saber se eles serão os organizadores de toda a nova produção, se cederão este papel aos sovietes de operários ou aos comitês de fábrica —, julgamos que os anarquistas devem participar do sindicalismo revolucionário, considerando-o uma das formas do movimento operário revolucionário.

Entretanto, a questão que agora se coloca não é saber se os anarquistas devem ou não participar do sindicalismo revolucionário, mas como e com que objetivo eles devem participar.

Consideramos todo o período precedente, até os nossos dias — quando os anarquistas participavam do movimento sindicalista revolucionário na qualidade de militantes e propagandistas individuais —, como um período de relações artesanais no movimento sindical.

O anarcossindicalismo, visando fortalecer a ideologia anarquista na ala esquerda do sindicalismo revolucionário por meio da criação de sindicatos de tipo anarquista, representa, neste aspecto, um passo adiante; mas, contudo, ele ainda não supera o modo artesanal. O anarcossindicalismo não relaciona obrigatoriamente a obra de anarquização do movimento sindicalista com aquela de

organização das forças anarquistas fora deste movimento. No entanto, é somente com a presença desta relação que é possível anarquizar o sindicalismo revolucionário e impedir os desvios rumo ao oportunismo.

Considerando o sindicalismo revolucionário somente um movimento profissional de trabalhadores sem uma ideologia social e política determinada — e, portanto, sem força para resolver por si mesmo a questão social —, estimamos que a tarefa dos anarquistas nas fileiras deste movimento consiste em desenvolver a ideologia anarquista e conduzir este movimento pelas ideias, a fim de transformá-lo em um exército ativo da revolução social. É sempre necessário lembrar que, se o sindicalismo não encontrar apoio oportuno na ideologia anarquista, ele se apoiará, voluntária ou involuntariamente, na ideologia de um partido político estatista qualquer.

Um notável exemplo é o sindicalismo francês, que outrora brilhou pelas palavras de ordem e táticas anarquistas, e que, em seguida, caiu sob a influência dos comunistas e, sobretudo, dos socialistas oportunistas de direita.

Entretanto, a tarefa dos anarquistas nas fileiras do movimento sindical revolucionário só pode ser cumprida se seu trabalho estiver vinculado e coordenado com a atividade da organização anarquista fora do sindicato. Em outras palavras, devemos participar do movimento sindical revolucionário como uma força organizada, respondendo à organização geral anarquista pelo trabalho nos sindicatos e sendo por ela conduzidos.^(ruk)

Sem nos limitar à criação de sindicatos anarquistas, devemos buscar exercer a influência de nossas ideias em todo o sindicalismo revolucionário, sob todas as suas formas (os I.W.W. [Industrial Workers of the World], as

uniões profissionais russas etc.). Só podemos chegar a isso nos colocando no trabalho como coletivo anarquista rigorosamente organizado, e nunca como pequenos grupos artesanais, sem vínculos organizacionais entre si e nem coordenação de ideias.

Agrupamentos anarquistas nas fábricas, trabalhando para a criação de sindicatos anarquistas e conduzindo a luta nos sindicatos revolucionários pela preponderância da ideologia anarquista no sindicalismo e pela liderança^(ruk) no campo das ideias; agrupamentos orientados^(nap) em sua atividade por uma organização geral anarquista, à qual pertencem; tais são o sentido e a forma da relação dos anarquistas com o sindicalismo revolucionário e os movimentos profissionais revolucionários afins.

PARTE CONSTRUTIVA

O problema do primeiro dia da revolução social

O objetivo fundamental do mundo do trabalho em luta é o estabelecimento, por meio da revolução, de uma sociedade anarcocomunista livre, igualitária, fundada sobre o princípio “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”.

Entretanto, essa sociedade, em sua forma final, não se realizará por si mesma, mas somente pela força do processo social revolucionário.⁵ Sua realização apresentar-se-á como um processo social-revolucionário mais ou menos prolongado, orientado^(nap) pelas forças organizadas do trabalho vitorioso numa determinada via.

Nossa tarefa é indicar desde já esta via, definir as tarefas positivas e concretas que se colocarão aos tra-

balhadores desde o primeiro dia da revolução social e de cuja solução correta dependerá o destino da própria revolução social.

É evidente que a construção da nova sociedade só será possível após a vitória dos trabalhadores sobre o atual sistema burguês, capitalista e seus representantes. É impossível começar a construção de uma nova economia e de novas relações sociais enquanto a potência do Estado, que defende o regime de escravidão, não tiver sido destruída, enquanto os operários e os camponeses não tiverem tomado em suas mãos, no regime revolucionário, a economia industrial e agrária do país.

Portanto, a primeiríssima tarefa da revolução social é destruir o aparelho estatista da sociedade capitalista, privar do poder a burguesia e, em geral, todos os elementos socialmente privilegiados, estabelecendo em toda parte a vontade dos trabalhadores revoltados, expressada nos princípios fundamentais da revolução social. Esse aspecto destrutivo e combativo da revolução apenas desobstruirá a via para as tarefas positivas, que formam o sentido e a essência da revolução social.

Estas tarefas são as seguintes:

- a. A solução, no sentido anarquista, da questão da produção (industrial) do país;
- b. A solução, no mesmo sentido, da questão agrária;
- c. A solução da questão do abastecimento.^{(pro)6}

A produção

Levando em conta que a indústria do país é resultado dos esforços de várias gerações de trabalhadores, e

que os diversos ramos da indústria estão estreitamente vinculados entre si, consideramos toda a produção atual como uma única oficina de produtores, que pertence em sua totalidade a todos os trabalhadores e a ninguém em particular.

O mecanismo produtivo do país é unitário e pertence a toda a classe trabalhadora. Essa situação determina o caráter e a forma da nova produção. Ela também será unitária, comum, no sentido de que os produtos elaborados pelos produtores pertencerão a todos. Estes produtos, de qualquer categoria que sejam, constituirão o fundo geral de abastecimento^(pro) dos trabalhadores, do qual todo participante da nova produção receberá tudo que for necessário, sobre uma base igualitária para todos.

O novo sistema de produção suprimirá totalmente o salariedade e a exploração em todas as suas formas, e estabelecerá em seu lugar o princípio da colaboração solidária dos trabalhadores.

A classe intermediária — que, na atual sociedade capitalista, exerce funções de mediação (comércio e outras) —, assim como a burguesia, deverá participar da nova produção nas mesmas condições que todos os outros. Caso contrário, estas classes colocar-se-ão, elas próprias, fora da sociedade do trabalho.

Não haverá proprietários, seja o empreendedor privado ou o Estado, como é atualmente o Estado dos bolcheviques. Na nova produção, as funções organizacionais passarão aos órgãos de gestão especialmente criados pelas massas trabalhadoras: sovietes operários, comitês de fábrica ou administrações operárias de indústria. Estes órgãos, vinculados entre si no plano de uma cidade, de uma região e, em seguida, de todo o país, formarão órgãos municipais, regionais e, enfim, gerais (federais)

de direção^(ruk) e gestão da produção. Eleitos pelas massas e encontrando-se constantemente sob seu controle e sua influência, todos estes órgãos serão constantemente renovados, realizando a ideia da autêntica autoadministração das massas.

A produção unificada, cujos meios e produtos pertencem a todos, a substituição do salariedade pelo princípio da colaboração solidária, o estabelecimento da igualdade de direitos para todos os produtores e a direção^(ruk) da produção por órgãos de gestão dos trabalhadores eleitos pelas massas constituem o primeiro passo prático na via da realização do comunismo anarquista.

O abastecimento^(pro)

A questão do abastecimento^(pro) na revolução surgirá num duplo problema: primeiro, o princípio de busca de produtos;^(pro) segundo, o princípio de repartição.

Quanto à repartição dos produtos,^(pro) as soluções, neste campo, só podem ser apontadas de forma geral, pois a quantidade de produtos^(pro) disponíveis, a coerência com o objetivo e outros fatores possuem um papel importante na resolução desta questão.

A revolução social, encarregando-se da reconstrução de toda a ordem atual, assumirá para si o dever de ocupar-se das necessidades vitais de todas as pessoas. A exceção será o grupo dos não trabalhadores: aqueles que se recusam a participar da nova produção por motivos de ordem contrarrevolucionária. Mas, em geral, com exceção desta última categoria de pessoas, as necessidades de toda a população do território da revolução social serão satisfeitas pelo fundo geral revolucionário

de abastecimento.^(pro) Caso a quantidade de produtos seja insuficiente, eles serão repartidos segundo o princípio da maior urgência, isto é, em primeiro lugar as crianças, os enfermos e as famílias trabalhadoras.

Um problema mais difícil será aquele da organização deste fundo geral revolucionário de abastecimento.^(pro)

Sem dúvida, nos primeiros dias da revolução, as cidades não disporão de todos os produtos^(pro) indispensáveis à vida da população. Ao mesmo tempo, os camponeses terão em abundância os produtos^(pro) que faltarem nas cidades.

Para os anarquistas, não pode haver dúvida quanto ao caráter das relações mútuas de trabalho entre a cidade e o campo. Os anarquistas consideram que a revolução social só pode ser realizada pelos esforços comuns de operários e camponeses. Por consequência, a solução da questão do abastecimento^(pro) na revolução só será possível por meio de uma estreita colaboração revolucionária destas duas categorias de trabalhadores.

Para estabelecer essa colaboração, a classe operária da cidade, tendo tomado em suas mãos a produção, deverá ocupar-se imediatamente das necessidades vitais do campo e buscar fornecer os produtos de consumo diário, os meios e as ferramentas para a agricultura coletiva. A preocupação coletiva dos operários em relação às necessidades dos camponeses provocará a mesma resposta destes últimos, que fornecerão coletivamente à cidade os produtos do trabalho rural, primeiramente os alimentícios.

As cooperativas gerais de operários e camponeses serão os primeiros órgãos que servirão às necessidades de abastecimento^(pro) e aprovisionamento econômico da cidade e do campo. Encarregadas em seguida de funções mais amplas e constantes — fornecer tudo o que for ne-

cessário para a manutenção e o desenvolvimento da vida social e econômica de operários e camponeses —, estas cooperativas poderão ser transformadas em órgãos permanentes de abastecimento^(pro) da cidade e do campo.

A questão do abastecimento,^(pro) assim solucionada, permitirá ao proletariado criar um fundo permanente de abastecimento,^(pro) que repercutirá favorável e decisivamente no destino de toda a nova produção.

A terra

Consideramos como principais forças revolucionárias e criadoras, na solução da questão da terra, os camponeses trabalhadores, que não exploram o trabalho alheio, e o proletariado assalariado do campo. Sua tarefa será realizar a redistribuição geral da terra, a fim de estabelecer sua utilização e sua exploração sob princípios comunistas.

Assim como a indústria, a terra, explorada e cultivada por gerações de trabalhadores, é produto de seus esforços. Ela pertence também a todo o povo trabalhador em seu conjunto e a ninguém em particular. Como propriedade comum dos trabalhadores, a terra também não pode ser objeto de compra e venda, nem de arrendamento; ela não pode servir de meio de exploração do trabalho alheio.

A terra é uma espécie de oficina popular comum, em que o mundo dos trabalhadores produz os meios de subsistência. Mas é um tipo de oficina em que cada trabalhador (camponês) habituou-se, graças a certas condições históricas, a realizar seu próprio trabalho, independentemente dos outros produtores. Enquanto na indústria o método coletivo (comunista) de trabalho é

essencialmente necessário e o único possível, na agricultura, atualmente, ele não é o único possível. A maioria dos camponeses utiliza meios individuais de cultivo da terra.

Portanto, quando a terra e os meios para sua exploração passarem aos camponeses, sem a possibilidade de venda e arrendamento, a questão das formas de seu uso e dos meios de sua exploração (comunal ou familiar) não terá de imediato uma solução completa e definitiva, como terá a questão da indústria. Nos primeiros tempos recorrer-se-á, provavelmente, a um e outro destes meios.

Serão os próprios camponeses revolucionários que estabelecerão a forma definitiva da exploração e do uso da terra. Nenhuma pressão externa é possível nessa questão.

Mas, visto que consideramos que somente o modo de vida comunista — em nome do qual será realizada a revolução social — liberta os trabalhadores da injustiça, da exploração e dá-lhes uma completa liberdade e igualdade; visto que os camponeses constituem a maioria esmagadora da população (cerca de 85% na Rússia) e que, por consequência, o regime agrário será o fator decisivo nos destinos da revolução; finalmente, visto que a economia privada no cultivo da terra e a indústria privada levam ao comércio, à acumulação, à propriedade privada e à restauração do capital; nosso dever será fazer, desde já, tudo que for necessário para facilitar a solução da questão da terra num sentido comunista.

Para esse fim, devemos, desde já, conduzir entre os camponeses uma intensa propaganda do uso e da exploração comunista da terra.

A criação de uma união camponesa específica de orientação^(nap) anarquista facilitará consideravelmente essa tarefa.

Nesse sentido, o progresso técnico terá enorme importância, facilitando o desenvolvimento da agricultura e a realização do comunismo nas cidades, principalmente na indústria. Se, nas relações com os camponeses, os operários atuarem, não individualmente ou em grupos separados, mas como um imenso coletivo comunista, abarcando ramos inteiros da indústria; se, com isso, eles ocuparem-se das necessidades vitais do campo e se fornecerem a cada vilarejo os instrumentos e as máquinas para a exploração coletiva da terra ao mesmo tempo que os objetos de uso cotidiano, isso dará indubitavelmente aos camponeses um impulso para o comunismo na agricultura.

A defesa da revolução

A questão da defesa da revolução relaciona-se também ao problema do “primeiro dia”. Na verdade, o meio mais poderoso de defesa da revolução é a solução bem sucedida de seus problemas positivos: aquele da produção, do consumo e da terra. Resolvidos corretamente estes problemas, nenhuma força contrarrevolucionária poderá mudar ou sacudir o regime livre dos trabalhadores. Entretanto, junto a isso, os trabalhadores terão de suportar uma severa luta contra os inimigos da revolução, a fim de defender sua existência concreta.

A revolução social, que ameaça os privilégios e a própria existência das classes não trabalhadoras da sociedade atual, provocará, inevitavelmente, uma resistência desesperada destas classes, o que derivará numa guerra civil feroz.

Como demonstrou a experiência da Rússia, tal guerra civil não será uma questão de alguns meses, mas de vários anos.

Por mais bem sucedidos que sejam os primeiros passos dos trabalhadores no início da revolução, as classes dominantes proprietárias conservarão, contudo, por muito tempo, uma enorme capacidade de resistência. Durante vários anos, elas desencadearão ofensivas contra a revolução, buscando reconquistar o poder e os privilégios dos quais foram privadas.

Um exército com numerosos adeptos, a técnica e a estratégia militares, o capital — tudo será lançado contra os trabalhadores vitoriosos.

Para assegurar as conquistas da revolução, estes últimos deverão criar órgãos de defesa da revolução, a fim de opor a tudo isso uma força de combate correspondente. Nos primeiros dias da revolução, essa força combatente será formada por todos os operários e camponeses armados. Entretanto, isso funcionará somente nos primeiros dias, quando a guerra civil ainda não tiver atingido seu ponto culminante, e quando as partes em luta ainda não tiverem criado organizações militares regularmente constituídas.

Na revolução social, o momento mais crítico não é o da supressão do poder, mas o momento seguinte, isto é, aquele em que as forças do regime derrubado desencadeiam uma ofensiva geral contra os trabalhadores, e no qual é necessário salvaguardar as conquistas obtidas.

O próprio caráter dessa ofensiva, a técnica e o desenvolvimento da guerra civil exigirão que os trabalhadores criem contingentes militares revolucionários específicos. A natureza e os princípios fundamentais destes contingentes devem ser determinados de antemão. Negamos os

métodos estatistas e autoritários de governo das massas e, por isso mesmo, negamos o meio estatista de organizar a força militar dos trabalhadores, ou seja, o princípio de um exército estatista com participação obrigatória. Em concordância com as posições fundamentais do anarquismo, é o princípio do *voluntariado* que deve estar na base dos contingentes militares dos trabalhadores. Os destacamentos militares revolucionários de operários e camponeses insurgentes que conduziram a ação militar na Revolução Russa podem ser citados como exemplos destas formações.

Entretanto, não se deve compreender o voluntariado e a ação dos insurgentes no sentido restrito destes termos. Ou seja, como uma luta contra o inimigo local de destacamentos operários e camponeses não coordenados entre si por um plano de operação geral, e agindo cada um sob sua própria responsabilidade. A ação e a tática dos insurgentes na revolução, no estado de seu mais completo desenvolvimento, serão direcionadas^(ruk) por uma estratégia revolucionária comum.

Semelhante a todas as guerras, a guerra civil só pode ser conduzida com sucesso pelos trabalhadores seguindo os dois princípios fundamentais de toda ação militar: a unidade de plano de operações e a unidade de comando *comum*. O momento mais crítico da revolução será quando a burguesia marchar com forças organizadas para suprimi-la, exigindo que os trabalhadores recorram a estes princípios da ação militar.

Dessa maneira, devido às necessidades da estratégia militar e também à estratégia da contrarrevolução, as forças armadas da revolução deverão fundir-se inevitavelmente em um exército revolucionário geral, com um comando comum e um plano de operações comum.

Os seguintes princípios estarão na base desse exército:

- a. *o caráter de classe do exército;*
- b. *o voluntariado (toda coerção será absolutamente excluída da obra de defesa da revolução);*
- c. *a autodisciplina revolucionária (o voluntariado e a autodisciplina revolucionária combinar-se-ão entre si e tornarão o exército da revolução moralmente mais forte do que qualquer outro exército estatista);*
- d. *a subordinação completa do exército revolucionário às massas operárias e camponesas, na pessoa dos organismos operários e camponeses comuns a todo o país, colocados pelas massas, no momento da revolução, nos postos dirigentes da vida econômica e social. Em outras palavras: o órgão de defesa da revolução — responsável pelo combate da contrarrevolução, tanto nas frentes militares abertas quanto naquelas frentes ocultas da guerra civil (os complôs da burguesia, os preparativos das ações contrarrevolucionárias etc.) — será completamente conduzido por organizações produtivas e superiores de operários e camponeses, às quais ele estará subordinado e pelas quais será politicamente orientado.^(nap)*

Observação. Ainda que tenha de ser construído sob determinados princípios anarquistas, o exército revolucionário não deve ser considerado uma questão de princípio. Ele é apenas a consequência da estratégia militar na revolução; uma medida estratégica à qual os trabalhadores serão inevitavelmente levados pelo próprio processo da guerra civil. Mas essa medida deve atrair a atenção de todos desde já. Ela deve ser cuidadosamente estudada para que não ocorra um atraso irreparável na obra de

proteção e defesa da revolução, pois atrasos nos dias da guerra civil poderão revelar-se nefastos para o desfecho de toda a revolução social.

PARTE ORGANIZACIONAL

Os princípios da organização anarquista

As posições construtivas gerais expostas anteriormente constituem a plataforma de organização das forças revolucionárias do anarquismo.

Essa plataforma, que contém uma determinada orientação^(nap) ideológica e tática, é o mínimo necessário a ser acordado entre todos os militantes do movimento anarquista organizado.

Sua tarefa é agrupar em torno de si todas as forças saudáveis do movimento anarquista em uma única organização geral, operando ativa e constantemente: a União Geral dos Anarquistas. As forças de todos os militantes ativos do anarquismo devem ser direcionadas para a criação dessa organização.

Os princípios fundamentais para a organização de uma União Geral dos Anarquistas são os seguintes:

1. Unidade ideológica

A ideologia representa a força que orienta^(nap) a atividade de pessoas e organizações por uma via determinada e rumo a um objetivo determinado. Naturalmente, ela deve ser comum a todas as pessoas e organizações que fazem parte da União Geral. Toda a atividade da União

Geral dos Anarquistas, tanto geral quanto parcialmente, deve estar em concordância constante e exata com os princípios ideológicos professados pela União.

2. Unidade tática ou método coletivo de ação

Os métodos táticos empregados pelos membros individuais ou pelos grupos da União também devem ser unitários, isto é, encontrar-se em concordância rigorosa, tanto entre si quanto com a ideologia e a tática gerais da União.

Uma linha tática comum (unitária) no movimento tem importância decisiva para a vida da organização e de todo o movimento. Ela liberta o movimento do atoleiro constituído pelas múltiplas táticas que se autodestroem e agrupa todas as suas forças numa única direção e rumo a um objetivo determinado.

3. Responsabilidade coletiva

A prática de agir sob a responsabilidade individual deve ser decisivamente condenada e rejeitada nas fileiras do movimento anarquista.

As áreas da vida revolucionária, social e política são, antes de tudo e por sua natureza, profundamente coletivas. A atividade social revolucionária não pode basear-se, nestas áreas, na responsabilidade individual de trabalhadores isolados.

O órgão executivo do movimento anarquista geral, a União Anarquista, opondo-se decisivamente à tática do individualismo irresponsável, introduz em suas fileiras

o princípio da responsabilidade coletiva: a União inteira será responsável pela atividade revolucionária e política de cada membro; assim, também, cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política de toda a União.

4. Federalismo

O anarquismo sempre negou a organização centralizada, tanto no âmbito da vida social das massas quanto naquele de sua atividade política. O sistema de centralização baseia-se na morte do espírito crítico, da iniciativa, da independência de cada indivíduo, e na submissão cega das vastas massas ao “centro”. O resultado natural e inevitável desse sistema é a escravização e a mecanização da vida social e partidária.

Em contraposição ao centralismo, o anarquismo sempre professou e defendeu o princípio do *federalismo*, que concilia a independência e a iniciativa do indivíduo e da organização com o serviço à obra comum.

Ao conciliar a ideia da independência e da plenitude de direitos individuais com o serviço das necessidades e dos instintos sociais, o federalismo abre as portas para a sã manifestação das faculdades de cada indivíduo.

Entretanto, não raro, o princípio federalista foi pervertido nas fileiras anarquistas, sendo entendido, sobretudo, como direito de manifestar o próprio “ego”, sem levar em conta os deveres relativos à organização.

No passado, essa perversão desorganizou extremamente nosso movimento; agora é necessário pôr fim a ela decididamente.

O federalismo significa o livre acordo dos indivíduos e das organizações, como um todo, para um trabalho conjunto orientado^(nap) a alcançar um objetivo comum.

Mas esse acordo e a união federalista nele embasada só se tornam realidades, e não ficções e ilusões, se todos os participantes deste acordo e da União cumprem completamente os deveres aceitos e as decisões tomadas em comum.

Em uma obra social, por mais ampla que seja a base federalista sobre a qual ela foi construída, não pode haver direitos sem deveres, não pode haver decisões sem execuções. Isso é ainda menos admissível em uma organização anarquista, que se compromete exclusivamente com os trabalhadores e sua revolução social.

Consequentemente, o tipo federalista de organização anarquista — embora reconhecendo a cada membro da organização o direito à independência, à expressão, à liberdade individual e à iniciativa — encarrega cada membro de determinados deveres organizacionais, exigindo seu rigoroso cumprimento e a execução das decisões tomadas em comum.

Somente nesse caso o princípio federalista estará vivo e a organização anarquista funcionará corretamente, dirigindo-se ao objetivo definido.

• • •

A ideia da União Geral dos Anarquistas coloca o problema da coordenação (do acordo) das atividades de todas as forças do movimento anarquista.

Cada organização aderente representa uma célula vital da União; cada uma delas tem seu secretariado, que

executa e orienta^(nap) os trabalhos políticos de ideias e os trabalhos técnicos da organização.

Para a coordenação das atividades de todas as organizações aderentes à União, será criado um órgão especial: o *Comitê Executivo da União*. Serão deveres deste comitê as seguintes funções: execução das decisões tomadas pela União e a ele encarregadas; orientação^(nap) de ideias e organizacional das atividades das organizações isoladas, de acordo com a ideologia e a linha tática comuns à União; divulgação do estado geral do movimento; manutenção das relações de trabalho e organizacionais entre todas as organizações da União e as outras.

Os direitos, os deveres e as tarefas práticas do Comitê Executivo são determinados pelo congresso da União Geral.

A União Geral dos Anarquistas tem um objetivo determinado e concreto. Em nome do sucesso da revolução social, ela deve, em primeiro lugar, selecionar e absorver os elementos mais críticos e revolucionários entre os operários e os camponeses.

Sendo principalmente uma organização para a revolução social e, ademais, uma organização antiautoritária que aspira a abolição da sociedade de classes desde já, a União Geral dos Anarquistas apoia-se, similarmente, nas duas classes fundamentais da sociedade atual: os operários e os camponeses. Ela serve, igualmente, à obra de libertação de ambas.

Em relação às organizações profissionais operárias e revolucionárias das cidades, a União Geral dos Anarquistas deve fazer todos os esforços para tornar-se seu pioneiro e guia de ideias.

A União Geral dos Anarquistas estabelece para si as mesmas tarefas em relação aos camponeses explorados.

Ela esforçar-se-á para desenvolver uma rede de organizações econômicas camponesas revolucionárias, e também uma união camponesa específica, baseada em princípios antiautoritários, que funcionarão como pontos de apoio e desempenharão o mesmo papel que as uniões profissionais revolucionárias dos operários.

Sangue do sangue dos trabalhadores, a União Geral dos Anarquistas deve participar de todos os campos de sua vida, sempre promovendo a organização, a perseverança e o espírito de atividade e ofensiva.

Somente nesse caso ela poderá cumprir sua tarefa, sua missão ideológica e histórica na revolução social dos trabalhadores, e tornar-se *a iniciadora*⁷ *organizada* de seu processo libertador.

**Dielo
Truda**

SUPLEMENTO À PLATAFORMA ORGANIZACIONAL



QUESTÕES E RESPOSTAS

Como era de se esperar, “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas” provocou um vivo interesse em vários militantes do movimento anarquista russo. Enquanto uns partilham completamente sua ideia geral e suas teses fundamentais, outros formulam críticas e exprimem dúvidas em relação a algumas de suas teses.

Saudamos tanto a atitude positiva quanto aquela de crítica franca. Pois, tanto para a obra de criação de um programa geral anarquista quanto de uma organização geral anarquista, a crítica sincera, ponderada e substancial é tão importante quanto a iniciativa criativa e positiva.

As questões que reproduzimos a seguir concernem precisamente a esse tipo de crítica séria e necessária, e é com satisfação que a recebemos. Ao nos enviar estas questões, a autora [Maria Isidin ou Maria Korn (Maria Isidorovna Goldsmith, 1873-1933)], militante de longa data e muito estimada em nosso movimento, acompanhou-as de uma carta, em que dizia:

Evidentemente, a Plataforma Organizacional foi elaborada para ser discutida por todos os anarquistas. Antes de formar a minha opinião definitiva sobre esta Plataforma e, talvez, falar dela na imprensa, gostaria que me elucidassem algumas questões que não estão ali suficientemente desenvolvidas. É bem possível que outros leitores encontrem na Plataforma diversas imprecisões e que certas objeções não estejam embasadas senão em mal-entendidos. É por esta razão que, de início, gostaria de fazer a vocês uma série de questões. Seria muito importante que respondessem a elas de maneira clara, pois suas respostas permitirão apreender o *espírito* geral da Plataforma. Talvez vocês acreditem ser necessário respondê-las em sua revista.

Concluindo sua carta, a companheira acrescenta que quer evitar a polêmica nas colunas da revista *Dielo Truda*. Por isso, enfatiza que quer, antes de tudo, elucidar certos pontos essenciais da Plataforma.

Esse modo de ver as coisas é muito justo. É extremamente fácil recorrer à polêmica para pronunciar-se contra uma opinião com a qual se está, ou se crê estar, em desacordo. É ainda mais fácil limitar-se exclusivamente a uma obra de polêmica sem se preocupar em formular,

no lugar da opinião criticada, uma *outra tese* positiva. O que é infinitamente mais difícil é *analisar bem* a nova opinião, *compreendê-la*, a fim de estabelecer, em seguida, um ponto de vista bem fundamentado sobre ela. Foi justamente esta última via, mais difícil, a escolhida pela autora das questões abaixo.

Eis as questões.

1. O ponto central da Plataforma é a união da maioria dos militantes do movimento anarquista com base em uma linha tática e política comum; a formação de uma União Geral. Sendo vocês federalistas, creio que evidentemente têm em mente uma União que congregará agrupamentos autônomos. Ora, vocês têm em mente, igualmente, a existência de um Comitê Executivo, que será encarregado da “orientação de ideias e organizacional das atividades das organizações isoladas”. Este tipo de organização existe em todos os partidos, mas ele só é possível se se admite o *princípio da maioria*. Na organização que vocês propõem, cada grupo terá a liberdade de definir sua própria tática e de ter sua posição em relação a cada questão? Se sim, então a unidade terá apenas um caráter puramente *moral* (como foi e ainda é no movimento anarquista). Se, ao contrário, vocês pretendem contar com uma unidade organizacional, ela será forçosamente *coercitiva*. E, assim, se vocês admitem o princípio da maioria no seio de vossa organização, por que razão o rejeitariam na *construção social*?

Seria desejável que precisassem melhor a maneira que concebem a união federalista, o papel dos congressos e o princípio da maioria.

2. Ao falar do “regime livre dos soviets”, que funções vocês supõem que estes soviets deverão exercer para tornarem-se “os primeiros passos rumo à construção não estatista”? Quais serão suas responsabilidades? Suas decisões serão obrigatórias?
3. Os anarquistas deverão promover a “condução dos acontecimentos pelas ideias anarquistas”, diz a Plataforma. Esta noção não está suficientemente clara. Significa, simplesmente, que os anarquistas farão o possível para que as organizações (sindicais, comunitárias, cooperativas etc.) que construirão a nova ordem estejam imbuídas das ideias anarquistas? Ou significa que os anarquistas *encarregar-se-ão eles próprios* desta construção? Neste último caso, em que sentido isso se distinguiria da “ditadura de partido”?

O esclarecimento dessa questão tem uma enorme importância. Ainda mais porque ela envolve o papel dos anarquistas nos sindicatos. O que significa a expressão: “participar do movimento sindical revolucionário como uma força organizada”? Significa, simplesmente, que os companheiros que trabalham nos sindicatos deverão colocar-se de acordo para estabelecer uma linha política? Ou significa que o Comitê Executivo anarquista estabelecerá a tática do movimento operário, estatuirá sobre as greves, manifestações etc., e que os anarquistas que militam nos sindicatos esforçar-se-ão para obter postos de comando e, em função de sua autoridade, impor suas decisões às bases dos sindicatos? A indicação da Plataforma, de que os agrupamentos anarquistas que militam nos meios sindicais serão “orientados em sua atividade por uma organização geral anarquista”, desperta todos os tipos de dúvidas a este respeito.

4. No capítulo sobre a defesa da revolução, vocês dizem que o exército será subordinado aos “organismos operários e camponeses comuns a todo o país, colocados pelas massas, no momento da revolução, nos postos dirigentes da vida econômica e social”. Em linguagem habitual, isso se chama “autoridade civil” dos eleitos. O que isso significa para vocês? É evidente que uma organização que dirige de fato toda a vida e dispõe de um exército não é outra coisa senão *um poder de Estado*. Este ponto tem uma importância tão grande que os autores da Plataforma têm o dever de deter-se mais demoradamente sobre ele. Se se trata de uma “forma transitória”, por que a Plataforma rejeita a ideia de “período transitório”? E, se se trata de uma forma definitiva, então, por que a Plataforma é *anarquista*?
5. Há questões que, embora não tenham sido tratadas na Plataforma, desempenham, contudo, um papel importante nos desacordos entre os companheiros. Cito, a seguir, uma destas questões.

Suponhamos que uma região encontre-se, de fato, sob a influência dos anarquistas. Qual será a atitude destes em relação aos outros partidos? Os autores da Plataforma admitem a possibilidade da violência contra um inimigo *que não recorre às armas*? Ou, então, proclamam, em conformidade com a ideia anarquista, *a completa liberdade de expressão, de imprensa, de organização etc., para todos*? (Há alguns anos, tal questão pareceria deslocada. Todavia, atualmente, certas opiniões que me são conhecidas impedem-me de estar segura da resposta.)

Em geral, vocês admitem que suas próprias decisões sejam implementadas por meio da força?

Os autores da Plataforma admitem o exercício do poder, mesmo que por um único instante?

Quaisquer que sejam as respostas do grupo a todas essas questões, não posso silenciar sobre uma ideia da Plataforma que se encontra em plena contradição com o comunismo *anarquista*, que é por ela reivindicado.

Vocês supõem que, uma vez abolidos o salaríato e a exploração, restarão, apesar de tudo, alguns elementos não trabalhadores, os quais vocês excluem da união comum solidária dos trabalhadores; eles não terão direito à sua parte do produto comum. Ora, foi sempre o princípio “A cada um segundo suas necessidades” que esteve na própria base do anarquismo; e é este princípio que o anarquismo sempre considerou a melhor garantia da solidariedade social. Quando se perguntava aos anarquistas: “Que farão com os preguiçosos?”, eles respondiam: “É preferível alimentar, por muito pouco, alguns preguiçosos, do que introduzir, somente em função de sua existência, um princípio falso e nocivo na vida da sociedade”. Agora, por razões políticas, vocês criam uma espécie de categoria de preguiçosos e, por vias repressivas, pretendem fazê-los morrer de fome. Todavia, para além do aspecto moral, vocês pensaram a que isso conduziria? Será necessário identificar, para toda pessoa que não trabalha, as razões pelas quais ela não o faz; será preciso saber ler os espíritos e conhecer as convicções. Se alguém se recusa a fazer um *determinado* trabalho, será preciso investigar as razões desta recusa. Será necessário ver se não se trata de sabotagem ou contrarrevolução. Resultado: a espionagem, o trabalho coercitivo, a “mobilização do trabalho” e, para cúmulo do absurdo, os produtos indispensáveis para a vida nas mãos das autoridades, *que poderão fazer a oposição morrer de*

fome! A ração como meio de luta política! Será possível que o que vocês viram na Rússia não os demonstrou toda a abominação de tal sistema? E não falo do prejuízo que ele causaria aos destinos da revolução: semelhante violação gritante da solidariedade social não poderia deixar de produzir perigosos inimigos.

É nesse problema que se encontra a chave de toda a concepção anarquista da organização social. Fazer concessões sobre este ponto significa que rapidamente haveria disposição para abandonar todas as outras concepções anarquistas, pois a maneira que vocês colocam o problema torna absolutamente impossível toda organização social *não estatista*.

É possível que eu tenha de escrever na imprensa sobre a Plataforma. Mas prefiro adiar até que todas essas questões tenham sido elucidadas.

• • •

Assim, a Plataforma Organizacional suscitou uma série de questões substanciais, as quais foram expostas na mencionada carta. São elas, notadamente:

1. A questão *da maioria e da minoria* no movimento anarquista;
2. A questão *da estrutura e das características essenciais do regime livre dos soviets*;
3. A questão *da condução ideológica dos acontecimentos e das massas*;
4. A questão *da defesa da revolução*;
5. A questão *da liberdade de imprensa e de expressão*;
6. A questão do entendimento do princípio anarquista “*A cada um segundo suas necessidades.*”

Procedamos na ordem.

1. *A questão da maioria e da minoria no movimento anarquista.*

A autora coloca a questão, relacionando-a à nossa ideia de um Comitê Executivo da União. Se o Comitê Executivo da União terá, para além de outras funções de caráter executivo, também aquela de “orientação de ideias e organizacional das atividades das organizações isoladas”, esta orientação não será coercitiva? Depois: os agrupamentos aderentes à União serão livres para estabelecer sua tática e determinar sua posição em relação a cada questão? Ou serão obrigados a submeter-se à tática geral e às posições gerais estabelecidas pela maioria da União?

Observemos, antes de tudo, que, do nosso ponto de vista, o Comitê Executivo da União não poderá ser um órgão encarregado de poderes com qualquer caráter coercitivo, como é o caso nos partidos políticos centralistas. O Comitê Executivo da União Geral dos Anarquistas será um órgão que *exerce as funções de caráter geral da União*. Em vez de “Comitê Executivo”, ele poderia chamar-se “Secretariado Principal da União”. Entretanto, o nome “Comitê Executivo” é preferível, pois exprime melhor a *ideia da função executiva* e da iniciativa. Sem restringir, no que quer que seja, os direitos dos grupos isolados, o Comitê Executivo poderá conduzir sua atividade de orientação de ideias e organizacional. Haverá sempre, na União, grupos que se sentirão embaraçados por diferentes questões de tática, de modo que uma assistência em termos de ideias ou de organização será sempre necessária a eles. Não é preciso mencionar que o Comitê

Executivo será completamente indicado para esta assistência, pois será ele que, graças à sua situação e às suas funções, estará melhor informado quanto à linha tática ou organizativa adotada pela União em relação às diversas questões.

Mas se, apesar de tudo, algumas organizações manifestarem o desejo de seguir sua própria linha tática, o Comitê Executivo ou a União inteira poderá impedi-las de fazer isso? Ou seja: a linha tática e política da União será estabelecida pela maioria, ou todo agrupamento terá o direito de agir a seu bel-prazer e, com isso, a União terá várias linhas?

Como regra, estimamos que a União, em seu conjunto, deve ter *uma única* linha tática e política. Com efeito, a União é projetada precisamente com o objetivo de pôr fim à dispersão e à desorganização do movimento anarquista, visando estabelecer, em vez de uma grande quantidade de linhas táticas, que desembocam em lutas intestinas, uma linha tática geral, que permitirá a todos os elementos anarquistas agir em uma única direção e alcançar o objetivo com maior sucesso. Caso contrário, a União perderia um dos principais motivos de sua existência.

Todavia, pode haver momentos em que as opiniões dos membros da União sobre uma ou outra questão dividam-se, o que daria origem à formação de uma maioria e de uma minoria. Tais casos ocorrem frequentemente na vida de todas as organizações e de todos os partidos. Habitualmente, acaba-se por encontrar uma saída para a situação.

Estimamos, de início, que, em nome da unidade da União, a minoria, nestes casos, deverá fazer concessões em proveito da maioria. Isso é fácil quando as diver-

gências de opinião entre a minoria e a maioria não são importantes.

Se, contudo, a minoria considerar impossível sacrificar seu ponto de vista, então surgirá a perspectiva de haver, no seio da União, duas opiniões e duas táticas diferentes: uma da maioria e outra da minoria.

Neste caso, a situação deverá ser examinada por toda a União. Se, no fim da discussão, a existência de dois pontos de vista diferentes relativos à mesma questão for julgada possível, ela será aceita como um fato consumado.

Enfim, sendo impossível todo entendimento entre a maioria e a minoria, no que diz respeito às questões políticas ou táticas que as divide, uma cisão produzir-se-á; a minoria separar-se-á da maioria e criará uma organização à parte.

Tais são as três saídas possíveis no caso de um desacordo entre a minoria e a maioria. Em todos eles, a questão será resolvida não pelo Comitê Executivo — que, repitamo-lo, será apenas um órgão executivo da União —, mas por toda a União em seu conjunto, numa conferência ou num congresso da União.

2. *O regime livre dos soviets.*

Repudiamos o atual sistema dos soviets (bolchevique), pois ele representa somente uma certa forma política do Estado. Os soviets de deputados operários e camponeses são uma organização política do Estado guiada por um partido político. Propomos, distintamente, os soviets de *produção e consumo de operários e camponeses*. Tal é o sentido da palavra de ordem: regime livre dos soviets e dos comitês de fábricas. Entendemos por este regime

um sistema econômico e social no qual todos os ramos e funções da vida econômica e social estão concentrados nas mãos das organizações de produção e de consumo dos trabalhadores, as quais devem dirigir estas funções com o objetivo de satisfazer as necessidades de toda a sociedade de trabalhadores. A federação destas organizações e seus sovietes liquida o Estado e o sistema capitalista; ela é o principal fundamento do regime livre dos sovietes. É verdade, este regime não representa imediatamente o ideal completo da comuna anarquista, mas é a primeira manifestação, a primeira expressão prática desta comuna, e abre a era da criação livre, não estatista, dos trabalhadores.

Em nossa opinião, no que diz respeito às decisões relativas às diferentes esferas da vida econômica e social, os sovietes das organizações operárias e camponesas ou os comitês de fábricas as fazem realizar; não por meio da violência ou dos decretos, mas em comum acordo com as massas trabalhadoras, as quais participam diretamente destas tomadas de decisão. Todavia, essas decisões devem ser obrigatórias para todos aqueles que as votarem e sancionarem.

3. *Os anarquistas conduzirão as massas e os acontecimentos pelas ideias anarquistas.*

Não se pode, e nem se deve, em qualquer caso, entender a ação de conduzir os acontecimentos revolucionários e o movimento revolucionário das massas pelas ideias como uma aspiração dos anarquistas a tomar em suas mãos a edificação da nova sociedade. Esta edificação não pode ser realizada senão por toda a sociedade de

trabalhadores; tarefa esta que só pertence a ela, sendo que toda tentativa de tomar-lhe este direito deve ser considerada antianarquista. A questão da condução pelas ideias não é uma questão relativa à edificação socialista, mas à *influência ideológica e política* exercida sobre a marcha revolucionária dos acontecimentos políticos. Não seríamos revolucionários nem combatentes se não nos interessássemos pelo caráter e pela tendência da luta revolucionária das massas. E, visto que o caráter e a tendência desta luta são determinados, não apenas por fatores objetivos, mas também por elementos subjetivos — isto é, pela influência de diversos agrupamentos políticos —, nosso dever é fazer tudo o que for possível para que a influência ideológica do anarquismo sobre a marcha da revolução seja elevada ao máximo grau.

A atual “época de guerras e revoluções” coloca, com excepcional acuidade, o grande dilema: os acontecimentos revolucionários evoluirão sob a influência das ideias estatistas (mesmo que socialistas) ou sob a influência das ideias não estatistas (anarquistas). E, porquanto estamos firmemente convictos de que a tendência estatista levará a revolução ao fracasso, e as massas a uma nova escravidão, nossa tarefa decorre disso com uma lógica implacável: aquela de fazer todos os esforços para que a revolução seja orientada pelos anarquistas. Ora, o antigo método de nossa ação — o método artesanal de pequenos agrupamentos dispersos — não apenas não realizará esta tarefa, como, ao contrário, a comprometerá. É preciso, então, proceder por um novo método. É *preciso organizar as forças para a liderança das ideias anarquistas sobre a marcha dos acontecimentos*. Em vez de uma influência intermitente de pequenas e esparsas ações, é necessário que ela torne-se um fator constante

e poderoso. Isso, em nossa opinião, só será possível sob a condição de que os melhores militantes do anarquismo, tanto no campo teórico quanto prático, organizem-se em um coletivo capaz de agir vigorosamente e que esteja bem assentado do ponto de vista ideológico e tático: a União Geral dos Anarquistas. É nesse mesmo sentido que se deve compreender a ação de conduzir pelas ideias o sindicalismo revolucionário. Participar organizadamente do movimento sindical significa nele envolver-se *como portadores de uma ideologia determinada e de um plano de trabalho fixado*, trabalho este que deve estar rigorosamente em consonância com todos os anarquistas que trabalham nos sindicatos. A União não se ocupará absolutamente de estabelecer a tática do movimento operário ou de planejar as greves ou as manifestações. Mas ela tenderá a *disseminar* nos sindicatos suas ideias relativas à tática revolucionária da classe trabalhadora e aos diversos acontecimentos; isso constitui um de seus direitos inalienáveis. Todavia, durante os esforços de propagação de suas ideias, os anarquistas deverão estar rigorosamente de acordo, tanto entre si quanto com a posição da organização geral anarquista a qual pertencem e em nome da qual realizam o trabalho ideológico e organizacional nos sindicatos. A maneira organizada de conduzir o trabalho anarquista nos sindicatos e a coordenação desta ação nada têm em comum com os procedimentos autoritários.

4. A objeção que a autora faz à tese do programa sobre a *defesa da revolução* fundamenta-se, mais do que qualquer outra, num mal-entendido.

Tendo ressaltado a *necessidade e o caráter* inevitável, para os trabalhadores, de criar, num período de guerra civil, seu próprio exército revolucionário, a Plataforma afirma, ao mesmo tempo, que este exército deve estar subordinado às organizações produtivas e dirigentes de operários e camponeses.

A subordinação do exército a estas organizações não significa, de modo algum, a ideia de uma autoridade civil dos eleitos. No entanto, um exército, ainda que seja o mais revolucionário e popular, por seu espírito e seu nome, não pode existir e agir por si mesmo sem que esteja sob a responsabilidade de alguém. Sendo um órgão de defesa dos direitos e das posições revolucionárias dos trabalhadores, o exército deve, por isso mesmo, estar completamente subordinado aos trabalhadores e ser por eles dirigido do ponto de vista *político*. (Dizemos do ponto de vista *político*, pois quanto à direção militar e estratégica, ela não pode ser efetuada de outro modo senão por órgãos militares, encontrando-se no próprio exército e subordinados às organizações operárias e camponesas dirigentes.)

Mas a quem o exército poderá estar direta e politicamente subordinado? Os trabalhadores não estarão representados por um organismo único, mas por múltiplas organizações econômicas. É precisamente a estas organizações, na pessoa de seus órgãos de unificação federais, que o exército estará subordinado. O caráter e as funções sociais destes órgãos foram definidos no início das presentes respostas.

A ideia do exército revolucionário dos trabalhadores pode ser rejeitada ou reconhecida. Todavia, se a necessidade do exército for reconhecida, então o princípio da subordinação deste exército às organizações operárias

e camponesas deve igualmente ser. Não vemos outra solução possível para esta questão.

5. *Da liberdade de imprensa, de expressão, de organização etc.*

O proletariado vitorioso não deverá impedir a liberdade de expressão e de imprensa, nem mesmo dos inimigos e dos opressores de véspera, vencidos pela revolução. É ainda menos admissível impedir a liberdade de imprensa e de expressão dos agrupamentos socialistas revolucionários e anarquistas que se encontram nas fileiras do proletariado vitorioso.

A expressão e a imprensa livres são indispensáveis para os trabalhadores, não apenas para que esclareçam e compreendam melhor suas tarefas na atividade construtiva econômica e social, mas também para que distingam melhor as características essenciais, os argumentos, os planos e as intenções de seus inimigos.

Não é verdade que a imprensa capitalista e social-oportunista poderá perverter os trabalhadores revolucionários. Estes últimos saberão sempre decifrar e desvelar a imprensa mentirosa e respondê-la devidamente. A liberdade de imprensa e de expressão só amedronta aqueles que, como os capitalistas e os comunistas, vivem de pérfidas maquinações, as quais eles são obrigados a esconder dos olhos das vastas massas trabalhadoras. Quanto aos trabalhadores, a liberdade de expressão far-lhes-á um bem enorme. Ela permitir-lhes-á compreender tudo, julgar tudo por si mesmos; tornará mais profunda sua consciência e mais eficazes seus atos.

O monopólio da imprensa e da expressão ou sua limitação forçada pelos dogmas de um único partido acabam com toda confiança nos monopolizadores e em sua imprensa. Se a livre expressão é sufocada, isso ocorre porque se quer esconder a verdade; coisa demonstrada de maneira contundente pelos bolcheviques, cuja imprensa apoia-se nas baionetas e é lida, sobretudo, por necessidade, por falta de qualquer outra.

Todavia, em alguns momentos específicos, a imprensa — ou melhor, os abusos da imprensa — poderá ser restringida, por motivos de utilidade revolucionária. Como exemplo, citemos um episódio da época revolucionária na Rússia.

Durante todo o mês de novembro de 1919, a cidade de Ekaterinoslav encontrava-se nas mãos do exército insurrecional makhnovista. Todavia, ao mesmo tempo, ela estava cercada pelas tropas de Denikin, que, tendo entrincheirado-se na margem esquerda do Dnieper, na região das cidades de Amur e Nijnedneprovsk, bombardeavam continuamente Ekaterinoslav com os canhões de seus trens blindados. E, no mesmo instante, um grupo denikiniano, com o general Slastchev à frente, avançava do norte, do lado de Krementchug, rumo a Ekaterinoslav.

Nessa época, eram publicados em Ekaterinoslav, em virtude da liberdade de expressão, os seguintes jornais: *Putsk Svobode* (A Via para a Liberdade), órgão dos makhnovistas; *Narodovlastie* (O Poder do Povo), órgão dos socialistas revolucionários de direita; *Borotba* (A Luta), órgão dos socialistas revolucionários ucranianos de esquerda; *Zvezda* (A Estrela), órgão dos bolcheviques. Só os cadetes, que eram então os chefes espirituais do movimento denikiniano, não contavam com um periódico. Pois bem, no caso de os cadetes terem desejado publicar, naquele

momento, em Ekaterinoslav, seu jornal — que, sem nenhuma dúvida, teria desempenhado um papel auxiliar nas operações de Denikin —, deveriam os trabalhadores revolucionários e os insurretos conceder a eles o direito de publicação, mesmo num momento em que seu *papel militar primordial* nos acontecimentos era evidente? Estimamos que não.

No período da guerra civil, casos semelhantes podem várias vezes ocorrer. Nestes casos, os operários e os camponeses devem guiar-se não pelo princípio geral da liberdade de imprensa e de expressão, mas pelo papel que os órgãos inimigos possuem na luta militar em curso.

Todavia, em geral, com exceção dos casos extraordinários (a guerra civil), os trabalhadores vitoriosos devem conceder a liberdade de expressão e de imprensa, tanto às posições de esquerda quanto às de direita. Esta liberdade será um orgulho na sociedade de trabalhadores livres.

Os anarquistas admitem a violência revolucionária na luta contra o inimigo de classe. Eles conclamam os trabalhadores a isso. Mas jamais consentem em exercer o poder, mesmo que por um único instante, nem em impor suas decisões às massas pela força. Seus meios, sob este aspecto, são: a propaganda, a força de opinião, a argumentação por meio da palavra e dos escritos.

6. A interpretação justa do princípio anarquista “*De cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades.*”

Sem dúvida alguma, este princípio é a pedra angular do comunismo anarquista (ver a Plataforma). Nenhum outro princípio social, econômico, social e jurídico

corresponde ao ideal do comunismo anarquista tanto quanto ele. A Plataforma também diz que “a revolução social, encarregando-se da reconstrução de toda a ordem atual, assumirá para si o dever de ocupar-se das necessidades vitais de todas as pessoas”.

Entretanto, essa é a declaração de princípio geral, no que diz respeito ao problema do regime anarquista. É preciso distingui-la das necessidades práticas dos primeiros dias da revolução social. Como demonstraram as experiências da Comuna de Paris e da Revolução Russa, as classes não trabalhadoras foram derrotadas, mas não definitivamente. Só uma ideia as preocupava nos primeiros momentos: reunir suas forças, derrubar a revolução e restabelecer os privilégios perdidos.

Nessas condições, seria extremamente arriscado e mortalmente perigoso para a revolução repartir os produtos de que disporia o país revolucionário de acordo com o princípio “A cada um segundo suas necessidades”. Seria duplamente perigoso, pois, além do apoio que isso daria às classes hostis à revolução, o que seria moral e estrategicamente inadmissível, novas classes surgiriam imediatamente e, vendo que a revolução satisfaria as necessidades de todos os indivíduos, prefeririam não fazer nada a trabalhar. É claro que não se pode ignorar este duplo perigo, pois ele venceria rapidamente a resistência da revolução, se não fosse contraposto por medidas efetivas. A melhor medida seria fazer com que as forças das classes não trabalhadoras contrarrevolucionárias fossem aplicadas em um trabalho útil. Sobre uma ou outra esfera, em tal ou qual medida, estas classes deveriam ocupar-se de um trabalho útil, necessário à sociedade; e é precisamente o *direito* de ter sua parte nos produtos da sociedade que os *obrigará* a isso, pois

não existem direitos sem deveres. É precisamente o que afirma nosso belo princípio anarquista. Ele propõe, notadamente, dar a cada um segundo suas necessidades sob a condição de que sirva a sociedade segundo suas forças e suas possibilidades, e *não de que não a sirva absolutamente*.

Exceção será feita às crianças, aos idosos, aos enfermos e aos inválidos. Com justiça, a sociedade pensará todas estas categorias do dever de trabalhar, sem privá-las do direito à satisfação de todas as suas necessidades.

O sentimento moral dos trabalhadores condena profundamente o princípio de receber da sociedade segundo as necessidades e dar-lhe segundo a vontade, ou, inclusive, não lhe dar absolutamente nada. Os trabalhadores sofreram por muito tempo com a aplicação deste princípio absurdo, e esta é a razão pela qual adotam, em relação a ele, uma atitude intransigente. Nosso sentimento de justiça e também a lógica o condenam.

A situação mudará completamente no momento em que a sociedade livre dos trabalhadores estiver fortalecida e quando não houver mais classes sabotando a nova produção por razões contrarrevolucionárias, mas apenas alguns preguiçosos. Neste momento, a sociedade deverá realizar completamente o princípio anarquista “De cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”, pois somente se ele for tomado como base, a sociedade terá assegurada a possibilidade de respirar a plena liberdade e a verdadeira igualdade.

Todavia, mesmo nessa época, a regra geral será que todas pessoas válidas, que gozem de direitos sobre os bens materiais e morais da sociedade, tenham certas obrigações em sua produção.

Bakunin, analisando esse problema, escreveu, durante o pleno desenvolvimento de seu pensamento e de sua atividade anarquista (em 1871, segundo informação do companheiro Nettlau):

Cada um deverá trabalhar para comer. Todo homem que não quiser trabalhar será livre para morrer de fome, a menos que encontre uma associação ou comuna qualquer que consinta em alimentá-lo por piedade. Mas, então, será provavelmente considerado justo não lhe reconhecer nenhum direito político, visto que, sendo capaz de trabalhar, preferirá sua vergonhosa situação e viverá às custas do trabalho alheio. Pois não haverá outra base para os direitos sociais e políticos senão o trabalho realizado por cada um.

Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro

2 de novembro de 1926

Dielo Truda

**CRÍTICA À SÍNTESE
E AO SINTETISMO**

**Dielo
Truda**

O PROBLEMA ORGANIZACIONAL E A IDEIA DE SÍNTESE



Vários camaradas exprimiram-se, nas colunas de *Dielo Truda*, sobre a questão dos princípios e da forma da organização anarquista.

Nem todos abordaram o problema do mesmo modo. O fundo dessa questão, assim como foi exposto pela redação de *Dielo Truda*, consistia no que se segue.

Nós, anarquistas, que agimos e combatemos pela emancipação do proletariado, devemos pôr um fim, custe o que custar, à dispersão e à desorganização reinante em nossas fileiras, que destroem nossas forças e nossa obra libertária.

A via para isso é a criação de uma organização que talvez não reunisse todos os militantes ativos do anarquismo, mas seguramente a maioria deles, tendo por base posições

teóricas e táticas determinadas e conduzir-nos-ia a um sólido entendimento em relação à sua aplicação prática.

É evidente que a abordagem dessa questão deve ir de par com a elaboração de posições teóricas e táticas, que se tornariam a base, a plataforma dessa organização. Pois de nada adiantará falar da necessidade de organizar nossas forças — isso não resultará em nada — se não ligarmos a ideia dessa organização a posições teóricas e táticas determinadas.

O Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro nunca perdeu de vista essa última questão. Em uma série de artigos publicados em *Dielo Truda*, seu ponto de vista já foi parcialmente exprimido quanto aos pontos importantes do programa: as relações do anarquismo com a luta de classes dos trabalhadores, com o sindicalismo revolucionário, com o período de transição etc.

Nossa tarefa ulterior será formular claramente todas essas principais posições, depois, apresentar o conjunto em uma plataforma de organização, mais ou menos completa, e que servirá de fundamento à união de um bom número de militantes e de grupos, em uma única e mesma organização. Esta última servirá, por sua vez, de ponto de partida para uma fusão mais completa das forças do movimento anarquista.

Eis, pois, a via que tomamos para resolver o problema organizacional. Não temos a intenção de proceder, nessa ocasião, a um questionamento total dos valores ou elaborar algumas novas posições. Consideramos que tudo o que é necessário à construção de uma organização, repousando sobre uma dada plataforma, encontra-se no Comunismo Anarquista, que prega a luta de classes, a igualdade e a liberdade de cada trabalhador, e realiza-se na Comuna anarquista.

Os camaradas, partidários da ideia de uma síntese teórica das diferentes correntes do anarquismo, têm uma abordagem do problema organizacional completamente diferente. É lamentável que sua concepção seja tão fracamente exprimida e elaborada, e, por isso, é difícil fazer dela uma crítica exaustiva. O fundamento dessa concepção é o que apresentamos a seguir.

O anarquismo está dividido em três correntes: o comunismo anarquista, o anarcossindicalismo e o anarquismo individualista. Conquanto cada uma dessas correntes tenha características particulares, todas as três são tão aparentadas e próximas umas das outras que elas não existem separadamente senão graças a um mal-entendido artificial.

Para engendrar um movimento anarquista forte e poderoso, sua fusão completa é necessária. Essa fusão implica, por sua vez, uma síntese *teórica e filosófica* das doutrinas sobre as quais cada uma das correntes está fundada. É só após a síntese teórica dessas doutrinas que se abordará a estrutura e as formas de uma organização que represente essas três tendências. Eis, portanto, o conteúdo dessa concepção da síntese tal como foi exprimida na “Declaração Sobre o Trabalho Comum dos Anarquistas”, e em alguns artigos do camarada Volin, publicados em *Le Messenger Anarchiste* e em *Dielo Truda* (números 7, 8 e 9). Estamos em total desacordo com essa ideia. Sua insuficiência salta aos olhos.

Inicialmente, por que essa divisão arbitrária do anarquismo em três tendências? Há outras. Citemos, por exemplo, o anarquismo cristão, o associacionismo, o qual, diga-se de passagem, é mais próximo do anarquismo comunista do que do anarquismo individualista. Em seguida, em que consistem exatamente as divergências

“teóricas e filosóficas” das três tendências indicadas, se é preciso fazer sua síntese?

De início, antes de falar da síntese teórica do comunismo, do sindicalismo e do individualismo, seria necessário analisar essas correntes. A análise teórica não tardaria a mostrar a que ponto é incoerente e absurdo querer sintetizar essas correntes. Com efeito, falar da “síntese do comunismo e do sindicalismo” não significa opô-los, em certa medida, um ao outro? Muitos anarquistas sempre consideraram o sindicalismo como uma das formas do movimento revolucionário proletário, como um dos meios de luta emprestado pela classe operária combatendo por sua emancipação.

Consideramos o Comunismo como o objetivo do movimento liberador das classes laboriosas.

Pode-se, pois, opor o objetivo ao meio? Só o pensamento desgarrado de um intelectual diletante, ignorando a história do pensamento comunista anarquista, para poder justapô-los e querer fazer deles uma síntese.⁸

Quanto a nós, bem sabemos que o comunista anarquista sempre foi sindicalista no sentido de que ele considerava a existência e o desenvolvimento das organizações profissionais independentes como uma condição necessária para a vitória social dos trabalhadores.

Assim, podia tratar-se, e realmente se tratava, não da síntese teórica do comunismo e do sindicalismo, mas do lugar que devia ocupar o sindicalismo na tática do comunismo anarquista e na revolução social dos trabalhadores.

A insuficiência teórica dos partidários da síntese é ainda mais pronunciada quando eles querem fazer a síntese entre o comunismo e o individualismo.

Em que, de fato, consiste o anarquismo dos individualistas? A noção de liberdade do indivíduo? Mas de qual

“individualidade” se trata? Da individualidade em geral ou daquela oprimida do trabalhador?

Não há “individualidade em geral”, pois, de todo modo, todo indivíduo encontra-se, objetiva ou subjetivamente, na esfera do trabalho ou, então, naquela do capital. Mas essa concepção não é inerente ao comunismo anarquista? Digamos, inclusive, que a liberdade do indivíduo, como trabalhador, não pode receber sua realização completa senão na sociedade comunista anarquista que se ocupará escrupulosamente da solidariedade social, bem como do respeito dos direitos do indivíduo.

A comuna anarquista, no que se refere às relações sociais e econômicas, é o modelo mais apto a contribuir para o desenvolvimento da liberdade do indivíduo. O comunismo anarquista não é um quadro social rígido e imóvel que, uma vez realizado, cristaliza-se e interrompe o desenvolvimento do indivíduo. Ao contrário, sua organização social flexível e móvel desenvolver-se-á ao complicar-se e aperfeiçoar-se incessantemente, de modo que a liberdade do indivíduo cresça sem entraves.

O antiestatismo aparece, igualmente, como um dos princípios fundamentais do anarquismo comunista. Além disso, ele tem um conteúdo e uma expressão reais.

O anarquismo comunista rejeita o estatismo em nome da independência social e da autogestão das classes laboriosas. Quanto ao individualismo, em nome de que ele nega o Estado? Quando ele nega! Alguns teóricos individualistas defendem o direito à propriedade privada, tanto nas relações pessoais como nas relações econômicas. Mas aí, onde existem os princípios da propriedade privada e da acumulação pessoal, nasce inevitavelmente uma luta de interesses econômicos, uma estrutura estatista criada pelos mais fortes economicamente.

O que resta, então, do anarquismo individualista? A negação da luta de classes, do princípio de uma organização anarquista tendo por objetivo a livre sociedade de trabalhadores iguais; e, por sinal, as vãs verborragias que propõem aos trabalhadores descontentes com sua sorte defender-se por soluções pessoais das quais eles disporiam como indivíduos emancipados.

Mas o que há de anarquista em tudo isso? Onde encontramos aqui os elementos que devem ser sintetizados com o comunismo? Toda essa filosofia nada tem a ver com a teoria ou com a prática anarquistas; e é improvável que um operário anarquista queira conciliar-se com essa “filosofia”.

Vemos, assim, que a análise das tarefas teóricas da síntese conduz-nos a um impasse. Os mesmos resultados surgem quando consideramos o aspecto prático da questão. Das duas coisas uma:

- Ou as tendências mencionadas continuam a ser *tendências* independentes, então, como elas poderão desenvolver sua atividade em uma *organização comum*, cuja finalidade consiste justamente em conciliar a atividade dos anarquistas com um entendimento preciso?
- Ou, então, essas tendências devem perder seus aspectos específicos e, fundindo-se, dar origem a uma nova tendência que não será nem comunista, nem sindicalista, nem individualista... Mas, nesse caso, quais serão suas posições fundamentais e suas características?

Pensamos que a ideia de síntese repousa em um desgarre total, uma má compreensão do fundamento das três tendências, que os partidários da síntese querem fundir em uma única.

A tendência central, a coluna vertebral do anarquismo é constituída pelo anarquismo comunista. O anarcoindi-

vidualismo é sobretudo um fenômeno filosófico-literário, e não um movimento social. Ocorre bem amiúde que este último interesse-se pela política e acabe no modo burguês (Tucker e outros individualistas).

O que é enunciado mais acima não significa absolutamente que somos contra um trabalho comum dos anarquistas de diversas tendências. Muito pelo contrário. Só temos a saudar toda aproximação dos anarquistas revolucionários na *prática*.

Entretanto, isso pode ser realizado praticamente, concretamente, por meio de criação de ligações entre as organizações, já formadas e reforçadas. Neste caso, teremos simplesmente de cuidar de *tarefas práticas* determinadas, sem necessitar de qualquer síntese e, inclusive, excluindo-a.

Mas pensamos que, quer os anarquistas elucidarão o fundamento — a essência do comunismo anarquista —, quer se colocarão de acordo sobre esses princípios e construirão, sobre essa base, uma organização geral que se tornará diretriz, tanto nos problemas sociopolíticos quanto no campo das questões sindical-profissionais.

Por consequência, não ligamos, em nenhum caso, o problema organizacional com a ideia da síntese. Para sua resolução, não há razão para lançar-se em teorizações brumosas e esperar resultados disso. O material acumulado pelo anarquismo durante os anos de seu processo vital e de sua luta social basta amplamente. É apenas necessário levar em conta isso, aplicando-o às condições e às exigências da vida, para construir uma organização responsável.

Grupo de Anarquistas Russos no Estrangeiro.

A redação de Dielo Truda.

Dielo Truda, nº 10, março de 1926.



NOTAS DE FIM

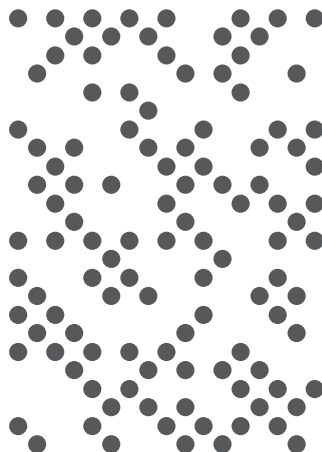


Notas:

1. Em outras traduções da Plataforma, termos como *ideia*, *ideal*, *ideologia*, *teoria* e suas variantes muitas vezes confundem-se uns com os outros. Seguindo a linha especificada na “Nota sobre a tradução”, mantivemos o texto fiel à terminologia utilizada no original em russo. Assim, decidimos traduzir literalmente as expressões que falam em *ideias* (“guia das ideias anarquistas”, “condução dos acontecimentos pelas ideias anarquistas”, “deveres relativos às ideias e à prática desse coletivo [a União Geral dos Anarquistas]” entre outras), e não substituir este termo por *ideologia* ou *teoria* (como foi a escolha outros tradutores); isso significa que quando recorremos, nesta tradução, aos termos *ideologia* e *teoria* e suas variantes, eles correspondem em geral àqueles que foram utilizados no original em russo. (N. T.)
2. *Napravlenie* [направление] (ou termos derivados) no original, que também pode significar, dentre outras coisas: direção, direcionamento, rumo, tendência e movimento. Optamos por traduzir este termo sempre como *orientação* e suas variantes; nas próximas vezes que ele aparecer, estará sinalizado, como neste caso, pela sigla (nap) sobrescrita. (N. T.)
3. *Pirivarot* [переворот] no original, que também pode significar, dentre outras coisas: revolução, golpe de Estado, mudança brusca e reviravolta. (N. T.)
4. *Rukovodstvo* [руководство] (ou termos derivados) no original, que também pode significar, dentre outras coisas: direção, condução, guia, liderança e chefia. O tradutor italiano normalmente optou por traduzir este termo como *influência* e o espanhol como *dire-*

ção. Optamos por traduzi-lo de distintas maneiras, conforme o sentido do texto e sinalizando, sempre que ele aparecer, como neste caso, pela sigla (ruk) sobrescrita. Cumpre pontuar, levando em conta que este foi um dos termos envolvidos nas polêmicas de tradução, que quando os autores da Plataforma o utilizam, não se referem apenas à influência dos anarquistas — ou poderiam ter utilizado o termo *vlianie* [влиание] e seus derivados —, mas a uma influência preponderante, protagonista, hegemônica. (N. T.)

5. *Pirivarot* social no original. Cf. nota acima. (N. T.)
6. *Prodovlstvie* [продовольствие] no original, que também pode significar, dentre outras coisas: produtos alimentícios, comida, aprovisionamento. Optamos por traduzi-lo, em geral, como *abastecimento* e, em alguns casos, como *produtos*; nas próximas vezes que ele aparecer, estará sinalizado, como neste caso, pela sigla (pro) sobrescrita. (N. T.)
7. *Zastrelchik* [застрельщик] no original, que também pode significar, dentre outras coisas: pioneiro, instigador e líder.
8. Trata-se de Volin. (N.T.Fr.)



Este livro foi composto com as fontes das famílias tipográficas **LORA** para seu texto corrido e **OSWALD** para as titulações. Para esta tiragem, imprimiu-se o miolo em monocromia digital sobre papel offwhite 80 g/m² e a capa em policromia sobre papel cartão 250 g/m², sob a demanda da **Organização Socialista Libertária (OSL)**.